



Plenário aprova publicação de beneficiários de renúncia fiscal

Marcos Oliveira/Agência Senado



Antonio Anastasia, Roberto Rocha (sentado, ao centro.), Fernando Bezerra Coelho e Davi Alcolumbre em sessão no Plenário

Para o senador Randolfe Rodrigues, autor da proposta, a divulgação dos nomes das empresas que recebem renúncia fiscal aumenta a transparência e o controle social sobre o benefício

Foi concluída ontem em Plenário a votação do projeto que obriga a publicação do nome de empresas beneficiadas por renúncia fiscal. A proposta segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

O texto original do projeto, aprovado em junho, autorizava a Receita Federal a tornar públicos os nomes de pessoas físicas e empresas beneficiadas por renúncia fiscal. À época, foi apresentada uma emenda autorizando apenas a divulgação dos nomes de pessoas jurídicas, aprovada ontem.

Segundo o senador Randolfe Rodrigues, autor da proposta, o governo dá R\$ 400 bilhões em desonerações ao ano, mas a legislação atual não obriga a publicidade dos favorecidos. Para ele, o projeto incrementa o controle social sobre a renúncia fiscal.

Hoje o Plenário pode votar medidas provisórias que perdem a validade nos próximos dias, como a 863/2018, que abre o setor aéreo ao capital estrangeiro. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que há consenso entre os senadores sobre as MPs. **3**

Voz do Brasil em podcast é lançada pelo Senado **2**

Avança projeto que susta limite à mamografia **6**

Regulamentação da profissão de cuidador segue para sanção

O Plenário aprovou o projeto que regulamenta a profissão de cuidador de idosos, crianças e pessoas com deficiência ou doenças raras. Quando o cuidador for empregado por

pessoa física por mais de dois dias na semana, terá contrato regido pelas regras dos empregados domésticos. Se for contratado por empresa, estará vinculado às normas gerais. **3**

Brito



Cuidador pode dar atenção domiciliar ou acompanhar atividades de idoso



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Na reunião, senadores afirmaram que as agências reguladoras são omissas em regular o tema, favorecendo abusos

Comissão aprova proibição de taxa de religação

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que proíbe as concessionárias de serviços públicos, como as fornecedoras

de água e energia elétrica, de cobrar taxas ou tarifas dos consumidores para religar ou restabelecer o serviço. O autor, senador Weverton, disse que o

projeto preenche uma lacuna legal na Lei de Concessões. Sem a norma, há, segundo ele, espaço para abusos por parte das empresas. **4**

Fundeb tem que se tornar permanente, diz especialista

O Fundeb deve tornar-se uma política pública permanente. A opinião é do consultor da Câmara dos Deputados Paulo de Sena Martins, que esteve ontem na Comissão de Educação, Esporte e Cultura. O colegiado volta a discutir o assunto hoje, em mais uma audiência pública. **5**

Relator da CPI de Brumadinho afirma ter dados para indiciar

Funcionários da Vale devem ser indiciados pelo rompimento de barragem em Brumadinho. De acordo com o relator da CPI que investiga as causas do desastre, Carlos Viana, há "instrumentos jurídicos" para isso. A apresentação do relatório final está prevista para o dia 2 de julho. **8**

Debatedores cobram do STF direito a remédio de alto custo

Ouidos ontem em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, debatedores cobraram do Supremo Tribunal Federal decisão que garanta o fornecimento de medicamentos de alto custo pelo SUS. A questão mobiliza entidades que representam pacientes de doenças raras. **6**

Senado lança notícias da Voz do Brasil em podcast

Jornal produzido pela Rádio Senado, que vai ao ar diariamente no programa radiofônico mais longo do país, pode agora ser ouvido em aplicativos de celular, com outras sete atrações da emissora

A RÁDIO SENADO lançou ontem o serviço de podcast do *Jornal do Senado*, que vai ao ar de segunda a sexta-feira dentro do programa *A Voz do Brasil*. A emissora é pioneira na oferta do serviço, que facilita o acesso do usuário ao conteúdo do programa, no trecho referente ao Senado.

A Voz do Brasil é o programa mais longo do rádio brasileiro e tem 60 minutos de duração, dos quais 10 minutos são reservados ao *Jornal do Senado*. Ele é veiculado diariamente por todas as emissoras do país, públicas ou comerciais.

Os podcasts permitem a execução de áudios na internet sem a necessidade de baixar um programa específico. Por meio de aplicativos como Spotify, Google Podcasts ou iTunes, o internauta é informado sempre que um novo episódio estiver disponível.

De acordo com pesquisa do Ibope, mais de 30 milhões de internautas já consomem

podcasts no Brasil.

A Rádio lançou outros sete programas jornalísticos e culturais no formato de podcasts. Além de *A Voz do Brasil*, estão

disponíveis *Pautas Femininas*, *Projetos da Semana*, *Senado em Dois Minutos*, *Boletim.leg*, *Reportagem Especial*, *Curta Musical* e *Autores e Livros*.

Para Viana, Comunicação da Casa ajuda a combater as fake news

Carlos Viana (PSD-MG) elogiou ontem em Plenário a Rádio Senado pelo lançamento de podcasts, entre eles o do *Jornal do Senado*, do programa *A Voz do Brasil*. Ele enfatizou que, com a iniciativa, o Senado se torna uma instituição pública pioneira nesse tipo de ação.

Viana anunciou ainda a ampliação das atividades promovidas pela Secretaria de Comunicação do Senado (Secom) com o objetivo de dar total transparência aos trabalhos da Casa. O senador citou como

exemplo a expansão da rede de transmissão da TV Senado para todas as capitais, ainda este ano, e a ampliação da divulgação nas plataformas digitais.

— O que nós queremos é colaborar para que os brasileiros tenham informação de qualidade, para que possamos combater as chamadas *fake news* da maneira certa, informando corretamente o eleitor sobre o que está acontecendo nesta Casa e as discussões que estamos levando para o futuro do Brasil — complementou.



Paula Albuquerque fala em audiência conduzida por Styvenson

Proteção a crianças abusadas ainda é falha, aponta debate

As dificuldades para rastrear redes de pedofilia na internet e as falhas no sistema de proteção às vítimas foram os principais problemas apontados na audiência sobre violência sexual contra menores, realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) a pedido de Styvenson Valentim (Poder- RN) e Paulo Paim (PT-RS).

Delegada da Polícia Federal especialista no combate à pedofilia, Paula Albuquerque deu exemplos de falhas do sistema de proteção às vítimas e falou como abusos contra as crianças geram sinais visíveis. Eles podem ser automutilação, depressão, choro em excesso, xixi na cama, vocabulário diferente do normal, erotização das brincadeiras, insônia, baixo rendimento escolar e mudanças de comportamento.

Na avaliação de Paula, a rede de proteção é vulnerá-

vel porque família, escola, hospitais e polícias não se comunicam e não trocam dados nem mesmo dentro das próprias instituições.

A representante da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Perla Ribeiro, narrou que, no trabalho contra abuso sexual feito na rede de assistência social e nas escolas do DF, é muito comum as meninas adolescentes relatarem atos de violência sem saber que o que sofreram é abuso sexual ou assédio.

Os convidados concordaram que é preciso fazer campanhas ao público infantil e adolescente, melhorar a rede de atendimento (famílias, escolas, polícias e hospitais), difundir o disque-denúncia contra abusos (Disque 100), proteger os menores identificados para que não voltem ao convívio com o agressor, e capacitar servidores para atenderem as vítimas.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.



Outros sete programas da Rádio poderão ser ouvidos no novo formato, consumido por 30 milhões de internautas

Kajuru: Congresso deve apresentar plano anticrise

Jorge Kajuru (PSB-GO) disse ontem que o Congresso é a única, entre as instituições nacionais, com condições de apresentar um plano emergencial para tirar o país da paralisia.

O senador apresentou como sugestões a atualização da tabela do Imposto de Renda, a constituição de uma comissão mista com o objetivo de analisar os subsídios, renúncias e desonerações fiscais, inclusive propondo a extinção daqueles que não tenham justificativa tecnicamente comprovada.



Gerardo Magela/Agência Senado

Styvenson quer debates sobre pedofilia na web

Styvenson Valentim (Poder- RN) alertou segunda-feira para a importância de discutir a violência sexual contra pedofilia na internet. O tema foi debatido ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

— Há uma parte da internet a que nós não temos acesso e sobre a qual não temos controle, que é a *dark web*, tudo acontece lá; é o subterrâneo da internet. Por isso, eu fiz questão de abrir essa discussão junto com o senador Paulo Paim, na Comissão de Direitos Humanos — destacou o senador.

Zequinha cita pedidos de cidades perto de Belo Monte

Zequinha Maranhão (PSC-PA) informou ontem que a associação de municípios impactados pela obra da Usina de Belo Monte se reuniu em Altamira (PA) e pediu a conclusão do asfaltamento da BR-230, mais conhecida como Transamazônica.

O senador, que participou do encontro de lideranças, citou entre outras demandas levantadas pela associação, a construção de duas pontes sobre o Rio Xingu: uma dentro do município de Altamira e a outra exatamente na Transamazônica, no local onde se passa de balsa sobre o rio.



Gerardo Magela/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Dependentes com doenças raras

9h Entre 12 itens, o PL 682/2019, que concede benefícios fiscais por dependentes com doenças raras.

CCT Programa habitacional

9h Audiência sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

CDH Justiça restaurativa

9h Debate sobre justiça restaurativa.

CDR Lençóis Maranhenses

9h Audiência para discutir o PLS 465/2018, que altera limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

CRE Embaixadores

9h Sabatina de embaixadores para Itália, Santa Sé e países de língua portuguesa. Depois, análise de acordo de cooperação educacional com São Cristóvão e Névis.

CCJ Conselhos do MP e da Justiça

10h Entre 30 itens, indicações para o CNMP e o CNJ.

CRA Plano Safra

11h Debate sobre o Plano Safra.

MP 875/2019 Vítimas de Brumadinho

11h30 Análise do relatório.

CE Fundo da educação básica

14h Audiência para discutir renovação e revisão do Fundeb.

CMA Semiárido

14h O PLC 78/2017, que modifica a definição de semiárido, é um dos 15 itens.

CMO Fontes orçamentárias

14h Debate sobre fontes orçamentárias para crédito suplementar de R\$ 248,9 bi para cumprir a regra de ouro.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A MP 863/2018, que autoriza até 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas com sede no Brasil, pode ser votada.

CSF Orçamento impositivo

15h Debate sobre orçamento impositivo.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Vai à Câmara proposta sobre beneficiados por renúncia fiscal

Projeto de Randolfe Rodrigues havia sido aprovado em junho, mas faltava analisar emenda que limitava a divulgação a pessoas jurídicas

O PLENÁRIO CONCLUIU ontem a votação do projeto que obriga a publicação do nome de pessoas jurídicas beneficiadas por renúncia fiscal (PLS 188/2014 — Complementar). O texto principal do projeto havia sido aprovado em junho, mas a votação de uma emenda ficou pendente. Com a mudança aprovada, por 73 votos a favor e nenhum contrário, o projeto segue para análise da Câmara dos Deputados.

Do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o texto original do projeto autorizava a Receita Federal a tornar públicos os nomes de pessoas e empresas beneficiadas por renúncia fiscal. Já a emenda da ex-senadora Lúcia Vânia, que atuou como relatora do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), estabelece a divulgação apenas dos nomes de pessoas jurídicas. Para a ex-senadora, “parece não haver razão para tornar públicas informações de benefícios usufruídos por pessoas físicas”.

Segundo Randolfe, o governo dá R\$ 400 bilhões de desoneração ao ano. A legislação atual, no entanto, não determina a

publicidade dos nomes dos favorecidos. Para o senador, o projeto incrementa “a transparência e o controle social”.

Reguffe (sem partido-DF) disse que as desonerações normalmente são feitas sem critério. De acordo com o senador, o projeto é extremamente importante e uma grande contribuição do Senado para a sociedade.

— A população tem o direito de saber para onde está indo o dinheiro. Toda a renúncia fiscal precisa ser transparente e a população tem o direito de saber quem são os beneficiados.



Para Randolfe, projeto aumenta controle social sobre renúncias

Vai à sanção do presidente texto que regulamenta profissão de cuidador

Foi aprovado ontem em Plenário projeto que regulamenta a profissão de cuidador de idosos, crianças e pessoas com deficiência ou doenças raras. O PLC 11/2016 segue para sanção.

Segundo o texto, os cuidadores deverão ter ensino fundamental completo e curso de qualificação na área, bons antecedentes criminais e atestados de aptidão física e mental.

A relatora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Rose de Freitas (Pode-ES), disse que a profissão é muito cobrada, mas não recebe ainda o apoio necessário, por meio de formação e valorização.

A senadora destacou que o segmento de cuidadores de idosos deverá ser cada vez mais demandado à medida que sobe a expectativa de vida.

Aprovado projeto que designa varas de execuções do DF para arbitragem

O Plenário aprovou ontem projeto que atribui às três varas de execuções de títulos extrajudiciais do Distrito Federal competência para processar e julgar conflitos decorrentes da Lei de Arbitragem (Lei 9.307, de 1996). O PL 2.097/2019 será encaminhada à sanção.

O texto atende recomendações do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ). O Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios considera as varas de execuções de títulos extrajudiciais mais bem aparelhadas para atender as demandas que envolvessem a aplicação da Lei de Arbitragem — uma forma alternativa de solucionar conflitos sem a necessidade de recorrer à Justiça.



Davi reafirma defesa intransigente do Estado democrático de direito

Congresso está debruçado sobre pautas do país, diz Davi

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem que tem mantido conversas com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e que há “firmeza” no trabalho do Parlamento. Davi reafirmou seu compromisso em favor da democracia e do fortalecimento das instituições, numa “defesa intransigente” do Estado democrático de direito.

Ele falou em entrevista após críticas de vários senadores em Plenário à relação de Bolsonaro com o Congresso (*leia abaixo*). Para o presidente do Senado, a situação não contamina a harmonia entre os Poderes, porque os “ataques mais duros” têm partido de “grupos que teoricamente são de apoiadores” do Planalto, mas constituem uma posição “isolada”.

— O Congresso está firme. Continuaremos debruçados sobre as nossas pautas e com

a certeza de que sairemos mais fortes desse processo — disse.

Sobre os atos em defesa do governo marcados para domingo, Davi disse defender com “intransigência” o direito de manifestação de todos os brasileiros. Ele destacou que o Parlamento vê com “serenidade e tranquilidade” os acontecimentos.

Votação de MPs

Davi lamentou a falta de acordo na Câmara a respeito das medidas provisórias (MPs) que perderão a validade nos próximos dias. Ele garantiu que há entendimento entre os senadores. Entre elas, estão a MP 870/2019, com o novo desenho administrativo dos ministérios; a MP 868/2018, que altera o marco regulatório do saneamento básico; e a MP 863/2018, que abre o setor aéreo para o capital estrangeiro.

Senadores cobram Jair Bolsonaro sobre texto contra o Legislativo

Senadores criticaram a falta de articulação do governo Bolsonaro com o Congresso. Eles cobraram esclarecimentos sobre um texto compartilhado pelo presidente, segundo o qual o Brasil é “ingovernável fora de conchavos políticos”. Para os senadores, Bolsonaro, que foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018, precisa apontar nomes em vez de jogar uma suspeita sobre todo o Congresso.

— O presidente tem a obrigação de dar os nomes dos parlamentares que o estão chantageando, porque está prevaricando ao esconder os nomes, e prevaricar é crime — disse Omar Aziz (PSD-AM).

Para Otto Alencar (PSD-BA), a culpa das principais crises deste ano é do próprio governo.

Segundo Weverton (PDT-MA), desde o início do governo, não se viu a oposição procurar obstruir ou impedir votações. Rogério Carvalho (PT-SE) afirmou que não aceitará que o governo coloque a população contra o Legislativo.

Para Eduardo Braga (MDB-AM), o presidente e alguns

ministros e aliados têm sido infelizes nas declarações. Rose de Freitas (Pode-ES) disse que Bolsonaro nomeia ministros incapazes e escolhe líderes incompetentes para o diálogo.

Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) se colocou à disposição para levar demandas legítimas ao governo. Segundo Alessandro Vieira (Cidadania-SE), é preciso esclarecer se o combate à corrupção foi só uma bandeira de campanha ou é prática do governo.

A “incompetência” do governo foi apontada por Humberto Costa (PT-PE) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Para Renan Calheiros (MDB-AL), o chefe de governo deveria ser uma figura pacificadora.

— Em cinco meses, o governo cultivou crises e recuos, demonizou a imprensa, deu vexames internacionais e demonstrou inaptidão para o cargo — disse.

Segundo o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o governo está enxugando a máquina pública e tentando resolver os problemas da Previdência Social e do equilíbrio do pacto federativo.

RÁPIDAS

VAI À SANÇÃO POLÍTICA DE OVINOCAPRINOCULTURA

Foi aprovada em Plenário ontem projeto que cria a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura. O objetivo é desenvolver raças mais produtivas e aumentar a rentabilidade dos rebanhos de ovinos (ovelhas) e caprinos (cabras). O PLC 107/2018 segue para sanção presidencial.

O texto também regulamenta o abate e o comércio de produtos derivados como carne, lã, couro e laticínios, e prevê medidas de estímulo ao processamento industrial, familiar e artesanal desses produtos.

AJUDA NA RECUPERAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS VOLTA A COMISSÃO

O Plenário cancelou a urgência do projeto que ajuda na recuperação fiscal dos estados e do Distrito Federal. O PLS 163/2018 — Complementar, que já estava pronto para ser votado, abre caminho para que esses entes paguem precatórios pendentes com a União. Com a extinção da urgência, o texto volta para análise da Comissão de Assuntos Econômicos. O autor do texto, senador José Serra (PSDB-SP), afirmou que, se aprovado até julho, o projeto vai evitar que estados percam cerca de R\$ 30 bilhões.

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-CHINA É INSTALADO NO SENADO

Foi instalado ontem o Grupo Parlamentar Brasil-China, que conta com a participação de 37 senadores. Na primeira reunião, da qual participaram a conselheira da embaixada chinesa Qiao Yanfeng e o embaixador Marco Farani, foi realizada adesão de membros, eleição e posse da diretoria do grupo e aprovação do estatuto. O grupo será presidido por Roberto Rocha (PSDB-MA), tendo como primeiro vice, Antonio Anastasia (PSDB-MG), e como segundo vice, Eduardo Gomes (MDB-TO).

TRÊS PECS PASSAM POR SESSÃO DE DISCUSSÃO EM PLENÁRIO

Três propostas de emenda à Constituição passaram por sessão de discussão em Plenário ontem: a PEC 26/2017, que cria um sistema de avaliação de políticas públicas dos três Poderes, teve a terceira discussão em primeiro turno; a PEC 57/2016, que simplifica a burocracia fiscal e tributária em municípios de pequeno porte, passou pela primeira sessão em segundo turno. A PEC 6/2018, que acaba com a perda automática da nacionalidade brasileira em casos de naturalização, passou pela primeira sessão.

COMISSÃO APROVA INDENIZAÇÃO PARA POLICIAIS RODOVIÁRIOS

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem projeto de crédito especial que destina R\$ 36 milhões para o pagamento de indenizações a policiais rodoviários federais que trabalham no dia de folga. O PLN 3/2019 segue para análise em sessão conjunta do Congresso Nacional. A indenização aos policiais rodoviários federais tem caráter temporário e emergencial. Corresponde a R\$ 420 para um período de 6 horas ou R\$ 900 no caso de 12 horas.

PROPOSTA DÁ O NOME DE BERNARDO SAYÃO A RODOVIAS

Foi aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) projeto que devolve o nome do engenheiro Bernardo Sayão a trechos da BR-153, de Goiás a Tocantins; da BR-226, no Maranhão; e da BR-010 e da BR-316, no Pará, estrada conhecida como Belém-Brasília. O PLS 641/2015 deve seguir para a Câmara. O relator, Zequinha Marinho (PSC-PA), alterou a proposta para corrigir e acrescentar trechos, adequar a identificação da rodovia ao traçado original e evitar divergências.

Avança proibição de cobrança de taxa por religação de água e energia

Senadores afirmaram que as agências reguladoras são omissas em regular o tema, favorecendo abusos por parte das empresas concessionárias

AS CONCESSIONÁRIAS DE serviços públicos, como as fornecedoras de água e energia elétrica, serão proibidas de cobrar taxas ou tarifas dos consumidores para religar ou restabelecer o serviço. É o que determina projeto (PL 669/2019) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o autor, senador Weverton (PDT-MA), há uma lacuna legal na Lei de Concessões a respeito do restabelecimento de serviços públicos após a interrupção por falta de pagamento. Sem norma, há espaço para abusos por parte das empresas concessionárias, que cobram taxas de religação, sem amparo legal e punindo indevidamente os consumidores, sobretudo os mais pobres.



Autor do projeto, Weverton diz que a cobrança penaliza consumidor pobre

O relator, senador Mecias de Jesus (PRB-RR), disse que a retomada do serviço é regulada por normas infralegais, a cargo das agências reguladoras. Mas as empresas se amparam no Código de Defesa do Consumidor, alegando equilíbrio financeiro dos contratos como

justificativa para as cobranças, já que desligar o serviço por inadimplência gera custo.

A senadora Kátia Abreu (PDT-TO) disse que projeto semelhante foi aprovado no Tocantins, mas as empresas entraram na Justiça, alegando que o tema não poderia ser

tratado por lei estadual, mas somente por norma federal.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) lamentou o fato de o Legislativo ser obrigado a fazer esse tipo de norma, por causa da omissão das agências reguladoras. Para Rogério Carvalho (PT-SE), as agências se conectam apenas com os setores regulados, prejudicando sistematicamente os consumidores. Otto Alencar (PSD-BA) disse que as agências viraram “centros de traficância”.

Segundo Alessandro Vieira (Cidadania-SE), o problema está no uso político, e não técnico, que se faz do sistema regulatório. A proposta segue agora para a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Reduzir conta de luz exige corte de subsídios, diz diretor da Aneel

A desoneração da tarifa de energia elétrica exige redução do custo de geração, corte nos subsídios e revisão dos tributos, que hoje respondem por 35% no preço da conta de luz. A afirmação foi feita ontem pelo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, em audiência na Comissão de Infraestrutura (CI).

O Brasil tem hoje 83 milhões de consumidores de energia, que geram receita líquida de R\$ 171 bilhões. O valor corresponde a 70% do mercado regulado do país, que conta com 99,8% de domicílios com luz elétrica. Há ainda 700 mil domicílios não interligados à rede, a um custo médio de R\$ 18 mil a unidade, explicou o diretor da Aneel.

Pepitone reconheceu o alto custo da tarifa de energia, em torno de R\$ 569 (preço de liquidação das diferenças, PDL). O Sudeste e o Nordeste têm a tarifa abaixo da média, ao contrário do Centro-Oeste e do Norte, tendo em vista o desafio de distribuir energia em regiões vastas, que exigem

rede de transmissão extensa para atender um consumo per capita reduzido. Ele disse que o Congresso deve atuar para conter a escalada dos subsídios que acabam encarecendo a conta de luz.

— Em 2019, o subsídio é de R\$ 20,2 bilhões. Esse é o custo da política pública, que tem como receita as multas da Aneel e o uso do bem público pago pelas hidrelétricas. Um deficit de R\$ 16 bilhões é rateado na tarifa entre todos os consumidores do Brasil.

Entre os itens que pesam na tarifa, está o desconto dado ao consumidor rural e à irrigação, de R\$ 3 bilhões ao ano. Ele citou ainda o subsídio de R\$ 2,4 bilhões na tarifa de baixa renda e o subsídio ao consumidor de fonte incentivada, que adquire energia de fontes renováveis com desconto de 50%, o que representa R\$ 2,3 bilhões.

Presidente da CI, o senador Marcos Rogério (DEM-RO) disse que é preciso modernizar o setor elétrico, com vistas a propor tarifa mais justa e que não pese tanto a quem gere emprego e renda no país.

Plenário vai analisar fim de sigilo sobre operação de crédito

Projeto que acaba com o sigilo bancário de operações de instituições oficiais de crédito com países estrangeiros foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 26/2014, de Alvaro Dias (Pode-PR), segue com urgência para o Plenário.

O texto estabelece que não estão protegidas pelo sigilo bancário as operações feitas por instituições financeiras controladas por entidades de direito público interno, quando a contraparte for Estado estrangeiro ou quando a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro. Além disso, de-

termina que os instrumentos contratuais e aditivos dessas operações sejam divulgados em página específica da instituição na internet.

Alvaro criticou a falta de transparência em empréstimos, como o de US\$ 800 milhões concedido pelo BNDES a Cuba para construção do Porto de Mariel, inaugurado em 2014. O relator, Styvenson Valentim (Pode-RN), explicou que o princípio da publicidade, previsto na Constituição, determina que os atos públicos devem ser de conhecimento geral, para que a sociedade possa fiscalizar a ação dos agentes públicos.

Comissão aprova avaliação de crédito subsidiado pela União

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que cria uma avaliação da efetividade de subsídios creditícios concedidos pelo governo. O PLS 457/2018, do senador José Serra (PSDB-SP), ainda precisa passar por turno suplementar de votação, por ter sido aprovado na forma de texto substitutivo.

A proposta obriga o Ministério da Economia a divulgar demonstrativos periódicos sobre o impacto fiscal dos empréstimos e financiamentos dados com taxas de juros inferiores à Selic, índice básico de referência para taxas de juros no país. Serra afirma que a inspiração para

o projeto veio de iniciativas bem-sucedidas de controle sobre os financiamentos concedidos pelo BNDES. Desde 2015, o Ministério da Economia já é obrigado a publicar relatórios com informações sobre os subsídios do Tesouro no âmbito do Programa de Sustentação de Investimentos (PSI), conduzido pelo banco, que envolve crédito facilitado.

— Não estamos propondo revisões desses subsídios, estamos propondo transparência — ressaltou Serra.

O relator, Oriovisto Guimarães (Pode-PR), considerou o projeto oportuno porque “a transparência no setor público deve ser a regra, e o sigilo a exceção”.

Alvaro destaca sigilo de operações com estrangeiros

Alvaro Dias (Pode-PR) comemorou a aprovação, pela Comissão de Assuntos



Econômicos (CAE), do projeto de sua autoria que acaba com o sigilo bancário nos empréstimos concedidos pelo Brasil, por intermédio dos bancos públicos, a outras nações (PLS 26/2014).

O senador pediu que o Plenário possa deliberar sobre a proposta em caráter de urgência e, assim, oferecer mecanismo de esclarecimento dos valores e condições dessas celebrações de contratos, bem como a constatação dos débitos e atrasos acumulados.

Para Lasier Martins, momento do país exige grandeza

O senador Lasier Martins (Pode-RS) criticou ontem o cabo de guerra entre Executivo



e Legislativo pelo protagonismo na adoção de medidas necessárias para o país, “provocando uma inércia que beira o desgoverno”. Ele cobrou responsabilidade.

— O que o povo quer, espera e precisa é de um novo horizonte para o país, de decisões, de lideranças responsáveis. Não é hora de omissões. O momento exige grandeza e dedicação ao Brasil — afirmou.

Para Lasier, o Brasil chegou à pior recessão de sua história e a penúria das contas públicas piora diariamente.

Brasil está vivendo ocaso, lamenta Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) disse, na segunda-feira, que o Brasil está vivendo um ocaso devido a um governo que não tem rumo e não produziu nada para que se conseguisse enfrentar a grave crise.

Para ele, o que está se vendo atualmente, de forma acelerada, é o desmoronamento econômico com o crescimento descontrolado do desemprego e o aumento da inflação. A falta de um projeto desenvolvimentista para o país, disse, atrelado às limitações do presidente Jair Bolsonaro, além do descontrole nas relações político-institucionais, estão entre os fatores que impossibilitam a mudança.



André Pepitone e Marcos Rogério em audiência sobre tarifa de energia

Há consenso na Câmara a respeito do Fundeb permanente, diz consultor

Segundo Paulo Martins, a comissão especial sobre o Fundeb na Câmara entende também que o governo deve investir mais

O FUNDO DE Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) deve tornar-se uma política pública permanente e a participação do governo federal no financiamento deve aumentar significativamente. Esses foram os pontos destacados ontem pelo consultor legislativo Paulo Martins na Comissão de Educação e Cultura, na primeira audiência pública sobre a renovação do Fundeb, cujo prazo de vigência termina em dezembro de 2020. A segunda audiência acontece hoje, às 14h.

Martins atua na Câmara e, desde 2015, tem auxiliado a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), relatora da proposta de emenda à Constituição que tenta tornar o Fundeb permanente (PEC 15/2015). Ele destacou que nos dois últimos anos a comissão especial realizou dezenas de audiências, com alguns consensos já produzidos.

— Todos veem como primordial que o Fundeb deixe de ser uma política temporária e que o governo invista mais. Hoje a União entra com 10% dos recursos. O substitutivo da deputada aumenta essa participação para 15% e, depois, 1,5% a cada ano até chegar a 30%.

Hoje o Fundeb administra recursos equivalentes a cerca

de R\$ 156 bilhões por ano, com quase 90% do montante advindo de estados e municípios.

O consultor disse que a comissão especial do Fundeb na Câmara também estuda vincular arrecadações provenientes do setor petrolífero ao Fundeb. Ele mostrou um gráfico da Agência Nacional do Petróleo (ANP) indicando que essas arrecadações devem atingir R\$ 6 trilhões até 2054, uma média de R\$ 167 bilhões anuais.

No Senado, as PECs 33/2019, de Jorge Kajuru (PSB-GO), e



Martins defende prorrogação de fundo em debate dirigido por Dário (C)

65/2019, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também têm o objetivo de tornar o Fundeb permanente (veja abaixo). Relator da PEC 65/2019, o senador

Flávio Arns (Rede-PR) disse ser favorável à retomada da taxa-ção sobre lucros e dividendos como fonte de financiamento para o Fundeb permanente. Segundo ele, a desoneração, vigente desde 1995, lesa os cofres públicos em cerca de R\$ 120 bilhões por ano.

— Acionistas não pagam Imposto de Renda neste país sobre lucros e dividendos, uma tremenda injustiça tributária.

Para Zenaide Maia (Pros-RN), é “um absurdo” que cerca de 19 mil grandes acionistas, com faturamentos superiores a R\$ 300 mil por mês, não paguem imposto, enquanto assalariados com vencimentos superiores a R\$ 5 mil arquem com tributos equivalentes a 27% de seus salários.

Relator da PEC 33/2019, Zequinha Marinho (PSC-PA) quer que o novo Fundeb aumente os repasses da União para Norte e Nordeste. Ele defende que o fundo tenha incentivos para bons desempenhos de escolas e regiões.

Comissão analisa propostas que garantem continuidade do fundo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar hoje, às 10h, as duas propostas de emenda à Constituição (PEC 33/2019 e PEC 65/2019) que tornam permanente o Fundeb e garantem mais recursos. Os dois textos têm relatórios pela aprovação, com mudanças.

Criado em 2006, o fundo financia a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Em cada estado, é composto por 20% dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e de Participação dos Municípios (FPM) e da arrecadação de

impostos como o ICMS, que é estadual. Esses recursos são complementados pela União quando a arrecadação não é suficiente para garantir o valor mínimo nacional por aluno ao ano, que, em 2019, é de R\$ 4.210 para creches e R\$ 4.048 para o ensino médio. Hoje essa complementação é de, no mínimo, 10% do valor aplicado por estados e municípios.

As duas PECs aumentam gradualmente o percentual da União para 30% ou 40%. Além disso, preveem novas fontes de recursos para o fundo.

Lei Pelé deve garantir mais segurança a atletas em formação

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem parecer favorável ao Projeto de Lei (PL) 1.153/2019, que dá maior segurança aos atletas em formação. Para isso, a proposta inclui artigo à Lei Pelé (Lei 9.615 de 1998). Se não houver recurso ao Plenário, o texto vai para a Câmara.

O autor, Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), justificou a mudança em decorrência da tragédia no centro de treinamento do Flamengo, que deixou dez mortos em fevereiro

O texto propõe a responsabilização da entidade de prática desportiva formadora e seus dirigentes em casos de prejuízos causados a atletas por falhas de segurança.

O relator, Romário (Pode-RJ), propôs a utilização da expressão “atletas em formação”, em vez de “atletas de base”. Além disso, o relator sugere dispositivo para determinar que o clube ofereça à família do atleta documento no qual se responsabilize por sua segurança e integridade física.

Premiação esportiva com verba pública pode ser igual para todos

Proposta que determina premiações iguais a homens e mulheres em competições esportivas com recursos públicos foi aprovada terminativamente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto segue para a Câmara, caso não haja recurso para análise em Plenário.

De Rose de Freitas (Pode-ES), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 397/2016 proíbe a distinção de valores dos prêmios pagos a atletas homens e mulheres, se pagos com

dinheiro público ou quando for pago por entidades que se beneficiem dos recursos.

A relatora, Leila Barros (PSB-DF), afirmou que o maior desafio das mulheres no esporte é o sexismo. Em 30% das principais competições, as vencedoras recebem menos dinheiro.

— Senti na pele por mais de 20 anos, com a mesma performance e treinos que os homens e não tendo o mesmo reconhecimento. O projeto é uma justiça histórica.

Zenaide pede rapidez na votação sobre fundo educacional

Zenaide Maia (Pros-RN) alertou ontem, em Plenário, para a necessidade de o Congresso Nacional votar, em caráter de urgência, a proposta de emenda à Constituição que torna permanente o Fundeb, que perde vigência em 2020 (PEC 65/2019).

Na avaliação da senadora, a aprovação da permanência do fundo e a identificação das fontes de recursos para ampliar os repasses aos estados e municípios precisam ser agilizados.

Plínio defende iniciativa privada em projeto de saneamento

Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu ontem a aprovação da medida provisória que permite à iniciativa privada investir em saneamento básico (MP 868/2018).

— Nós precisamos atender, até 2033, a uma demanda de mais de 100 milhões que não contam com tratamento de esgoto. As entidades calculam que seriam necessários R\$ 22 bilhões por ano para alcançar a universalização até 2033, conforme vê o Plano Nacional de Saneamento Básico — alertou.

Povo rejeita decreto sobre acesso a armas, afirma Humberto

Humberto Costa (PT-PE) destacou ontem que a maioria da população e mais da metade dos governadores rejeitam o decreto assinado por Bolsonaro que facilita o acesso à posse e ao porte de armas.

— Nós precisamos de políticas públicas sérias nessa área. As soluções para o enfrentamento da violência virão com uma coordenação entre a União, os estados e os municípios, que articule os esforços de todos para o combate à criminalidade — alertou.

RÁPIDAS

PROFESSOR PODERÁ USAR TRANSPORTE ESCOLAR

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) votou a favor do Projeto de Lei 1.669/2019, de Carlos Viana (PSD-MG), para permitir que os professores da educação básica pública utilizem os veículos de transporte escolar dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Caso não haja recurso para o Plenário, a proposição seguirá para a Câmara dos Deputados.

AVANÇA CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 2.479/2019, que cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). A nova instituição virá do desmembramento da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e terá sede e foro no município de Araguaína. O texto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

DIA NACIONAL DO MUSEU DEVERÁ SER CELEBRADO EM 18 DE MAIO

O dia 18 de maio poderá ser celebrado oficialmente como o Dia Nacional do Museu. A definição está no Projeto de Lei do Senado (PLS) 249/2018, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Se não houver recurso para análise no Plenário do Senado, o texto segue para a Câmara dos Deputados.

BUMBA MEU BOI TERÁ CAPITAL NACIONAL EM SÃO LUÍS

A cidade de São Luís, no Maranhão, pode ser reconhecida como a Capital Nacional do Bumba Meu Boi. É o que determina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 3/2018, aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta segue com pedido de urgência para análise no Plenário do Senado, e se lá for aprovada, vai à sanção presidencial.

INDICAÇÃO DE ARANHA AO LIVRO DE HERÓIS VAI AO PLENÁRIO

A inscrição do nome do ex-embaixador Oswaldo Euclides de Sousa Aranha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria foi aprovada ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A inclusão está no Projeto de Lei (PL) 409/2019 do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS). A proposta segue para o Plenário. O relator, Lasier Martins (Pode-RS), destacou a dedicação de Aranha à nação.

Debate: STF deve garantir direito a remédio de alto custo

Participantes de audiência pública sobre doenças raras disseram que Ministério da Saúde resiste em fornecer medicamentos de alto custo e Anvisa demora a reconhecer tratamentos para esse tipo de enfermidade

A EXPECTATIVA DE retomada do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o fornecimento de medicamentos de alto custo mobilizou entidades representativas de pacientes de doenças raras. Em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem, debatedores cobraram do STF a consolidação do direito à assistência farmacêutica e criticaram os obstáculos legais e técnicos para a incorporação de novos medicamentos à lista dos que são fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A audiência foi requerida pela senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP).

— As doenças raras, por definição, atingem um contingente pequeno da população e são tratadas pelos chamados “medicamentos órfãos”, produzidos em quantidades pequenas. Por isso, o custo é alto — disse a procuradora da República Luciana Loureiro Oliveira, do Distrito Federal.

Segundo ela, o Ministério da



Senadora Mara Gabrilli (D) é autora do requerimento para a audiência

Saúde ainda resiste a fornecer medicamentos de alto custo e não incluídos em protocolos clínicos, o que levou a uma crescente judicialização do tema. Ela enxerga dificuldades no trabalho da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Comissão Nacional de Tecnologias no SUS (Conitec) para a incorporação de novos medicamentos.

O secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Denizar Araujo, admitiu que há falhas a

corrigir no acesso aos medicamentos, mas é preciso fazê-lo de forma coordenada. Ele avalia que é necessário discutir preços com fabricantes e aumentar o diálogo com as associações de pacientes para aprimorar os protocolos clínicos.

O julgamento no STF sobre fornecimento de medicamentos de alto custo foi interrompido em 2016. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estima que a decisão do Supremo poderá repercutir em mais de 40 mil ações em instâncias inferiores.

Reduzir desigualdade melhora economia, afirma Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem, em Plenário, a redução da desigualdade social para o crescimento do país. Segundo ele, quando se eleva a renda dos pobres e da classe média, todos se beneficiam, porque há inclusão social. Paim citou estudo do FMI segundo o qual, se a renda da população 20% mais pobres crescer um ponto percentual, o PIB aumenta 0,38 ponto percentual num período de cinco anos. Ainda segundo estudo, se a fatia dos rendimentos dos 20% mais ricos cresce um ponto percentual, o PIB encolhe 0,08 ponto percentual.



Gerardo Maguelo/Agência Senado

Leila Barros lamenta feminicídio de servidora em Brasília

Leila Barros (PSB-DF) lamentou ontem o assassinato da servidora Debora Correa, na segunda-feira, em Brasília. Ela foi morta em seu local de trabalho pelo ex-namorado, policial civil. Ele era investigado em três inquéritos disciplinares, dois deles por violência doméstica e um por descumprimento de medida protetiva. Leila explicou que o policial chegou a ter o porte de arma suspenso pela Justiça em janeiro do ano passado.

— Em abril, no entanto, ele conseguiu ter o direito de andar armado. Mais uma vez, o Estado falhou.



Gerardo Maguelo/Agência Senado

Para Paulo Rocha, reforma agrária é estratégica para o país

O senador Paulo Rocha (PT-PA) disse ontem, em Plenário, que a reforma agrária é necessária e estratégica para o desenvolvimento do país. Mas o atual governo não tem interesse em resolver a concentração de terras do país, afirmou o senador.

Ele explicou que só neste ano o Incra suspendeu a reforma agrária por tempo indeterminado por duas vezes. Em março, uma ordem do presidente enviada para todos os superintendentes regionais determinou a expressa suspensão das vistorias nos imóveis rurais.



Gerardo Maguelo/Agência Senado

Vai a Plenário projeto que susta portaria que limita mamografia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem um projeto de decreto legislativo (PDS) que derruba a Portaria 61/2015 do Ministério da Saúde. Essa medida do governo restringiu o acesso de mulheres de 40 a 49 anos aos exames de mamografia para detecção precoce de câncer de mama no Sistema Único de Saúde (SUS). A portaria determina que somente mulheres de 50 a 69 anos podem fazer a mamografia na rede pública.

De Lasier Martins (Poderes), o PDS 377/2015 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

e seguiu para Plenário. No entanto, foi encaminhado à CAE após aprovação de requerimento de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). O decreto volta agora com urgência para análise do Plenário.

A relatora na CAE, Leila Barros (PSB-DF), disse que a portaria afronta a lei que assegura mamografia a todas as mulheres a partir dos 40 anos. Favorável, o relatório afasta a hipótese de criação de nova despesa, pois os custos dos exames devem estar provisionados e previstos na legislação orçamentária federal, por se tratar de uma norma de 2008.

Proposta amplia certificação de higiene e rótulos de alimentos

Laboratórios públicos e privados habilitados pelo governo poderão realizar análise de alimentos para controle da conformidade a normas de higiene, envaseamento e rotulagem. É o que diz o projeto (PLS 202/2018) aprovado ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), que segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Do ex-senador Antonio Carlos Valadares, o texto cria a figura do laboratório habilitado que, cancelado pela

autoridade sanitária, possuirá fé pública para desempenhar os mesmos papéis dos laboratórios oficiais na certificação de controle dos alimentos.

A medida amplia a capacidade operacional e técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para atestar a segurança sanitária de produtos e serviços. Para o relator, Marcio Bittar (MDB-AC), o projeto moderniza lei de quase 50 anos, evitando questionamentos jurídicos contra a atuação dos laboratórios privados habilitados na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas).

Avança pagamento individual de dívida coletiva com Banco da Terra

Projeto que facilita a individualização de dívidas rurais contraídas com o Banco da Terra e por meio do Programa Cédula da Terra, em contratos coletivos de produtores rurais e agricultores familiares, foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLC 151/2017 segue para Plenário com urgência.

O texto altera a Lei 11.775, de 2008, que criou medidas de estímulo para quitação

ou regularização de dívidas rurais e fundiárias firmadas em contratos coletivos de associações, consórcios ou cooperativas. Com a mudança, fica permitido que a maioria dos integrantes de uma associação decida pela individualização das dívidas, em assembleia geral. Hoje a legislação condiciona a individualização de contratos à aprovação unânime dos beneficiários.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Proposta de Lei Geral das Agências vai a Plenário

A Comissão de Transparência aprovou ontem parte do substitutivo da Câmara ao projeto do Senado que unifica as regras sobre agências reguladoras e manteve a proibição de indicações políticas

O PLENÁRIO DO Senado vai analisar agora o projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras, que proíbe indicações políticas para a diretoria desses órgãos. A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem parte do substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto do Senado que unifica as regras sobre gestão, poder e controle social das agências reguladoras. O restante da proposta (PLS 52/2013), de autoria do ex-senador Eunício Oliveira, foi aprovado na forma do texto original.

Uma das mudanças feitas pela CTFC foi a retirada do texto da revogação de trecho da Lei das Estatais (Lei 13.303, de 2016) que possibilitaria a nomeação de políticos e seus parentes para cargos de direção em empresas estatais. Para o

relator, senador Marcio Bittar (MDB-AC), a possibilidade “significaria grande retrocesso ao regime jurídico das empresas estatais” e não era objeto original do projeto.

— A iniciativa é buscar blindar mais as agências da influência política, oferecendo mais autonomia e independência.

Corrupção

Bittar, no entanto, manteve a parte do substitutivo da Câmara que exige a criação de programas de integridade nas agências reguladoras destinados à prevenção de corrupção. Esse tipo de medida (chamada de *compliance*) já vem sendo adotado em empresas privadas.

Outras alterações feitas na Câmara e mantidas por Bittar foram a inclusão da Agência Nacional de Mineração (ANM) no rol de agências reguladoras federais, a proibição de delegação de competências normativas (o texto inicial do Senado falava em competências regulatórias) e a exigência de adoção de práticas de gestão de riscos e de controle interno. O parecer também incluiu a proibição de recondução aos cargos de dirigentes de agências reguladoras. No entanto, para o período de transição das regras, foi estabelecida a possibilidade (sem obrigação) de recondução daqueles que ainda não tenham sido reconduzidos e já se encontram no

exercício dos cargos.

Por fim, a comissão manteve a alteração que deu autonomia orçamentária ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O presidente da CTFC, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), elogiou a proposta.

— A ANM passa cada vez mais a estar na vitrine deste país, tendo em vista as tragédias de Mariana e de Brumadinho [MG] e as fiscalizações que deveriam acontecer, mas não acontecem — cobrou.

Do texto original do Senado ficaram as exigências de que todas as agências reguladoras tenham ouvidoria e encaminhem ao Congresso um plano de gestão anual. O mandato do presidente e dos diretores será de cinco anos, não coincidentes e sem recondução — com exceção do período de transição das regras. Os candidatos a uma vaga na diretoria colegiada deverão comprovar experiência de cinco anos. Haverá uma seleção pública para formar uma lista tríplice a ser apresentada ao presidente da República. O indicado será sabatinado pelo Senado.

O projeto prevê ainda ações de promoção da qualidade dos serviços das agências, do fomento à pesquisa no setor regulado e da cooperação com outros órgãos de defesa do consumidor, defesa da concorrência e meio ambiente.



Representantes de juntas comerciais são ouvidos por Jorginho Mello (D)

MP que facilita abertura de empresas é elogiada em debate

Em duas audiências realizadas ontem em comissão mista, especialistas elogiaram a medida provisória que desburocratiza o registro de empresas. Segundo os debatedores, a MP 876/2019 tem como grande mérito valorizar o princípio da “boa fé” do cidadão, ao garantir o registro automático nas juntas comerciais como regra.

A MP prevê essa solução para firmas constituídas por microempreendedor individual (MEI), empresa individual de responsabilidade limitada, ou sociedade limitada (Ltda). O registro deve ser feito por meio de um instrumento padronizado, elaborado pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. O registro pode ser revogado após análise posterior. A proposta também estabelece que a declaração do advogado ou do contador da empresa passa a ter fé pública.

A comissão mista da MP terá mais uma audiência, ainda sem data definida, que deverá ser realizada em Santa Catarina, segundo o presidente do colegiado, senador Jorginho Mello (PL-SC).

Representante do Sebrae, Layla da Silva disse, na audiência realizada ontem pela manhã, que o recurso do registro automático não é uma mudança radical, mas sim um caminho natural.

— Muitas juntas comerciais já trabalham com registros automáticos por vias de soluções tecnológicas.

Na audiência da tarde,

a presidente da Junta Comercial do Ceará, Carolina Monteiro, explicou que, no estado, há um cruzamento de dados instantâneo, a partir do preenchimento do instrumento-padrão.

— Uma estrutura engessada não garante controle. A burocracia não é sinônimo de legalidade ou de segurança jurídica — resumiu.

O secretário de Desburocratização do Ministério da Economia, Paulo Uebel, citou a pesquisa Doing Business, do Banco Mundial, que avalia a facilidade de iniciar um negócio em 190 países. O Brasil ficou na 109ª posição este ano. Para o auditor da Receita Clóvis Peres, o Estado se beneficia da minimização burocrática e os empreendedores ganham agilidade.

A presidente da Federação Nacional das Juntas Comerciais, Cilene Sabino, afirmou que as juntas tentam atuar como “integradoras”, facilitando a comunicação entre as instâncias. Representante da Associação dos Notários e Registradores do Brasil, Hércules Benício observou que a extensão das normas da MP para os cartórios de registro civil de pessoas jurídicas beneficiaria associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas.

Para o conselheiro da OAB do Pará João Paulo Mendes Neto, o princípio da boa fé deve ter mão dupla: se as novas empresas estão recebendo o benefício da dúvida, os empreendedores não devem abusar das novas regras.



Para relator, Marcio Bittar, agências devem ter autonomia preservada



Rodrigo Cunha (D) preside Comissão de Transparência e diz que fiscalizações precisam acontecer no país

Debate pede cuidado com criminalização de interpretação jurídica

O projeto para criar um Estatuto da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado (PLC 126/2015) foi elogiado ontem em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os magistrados, advogados e professores participantes do debate, no entanto, pediram maior cuidado com a parte do texto que trata da punição pelo “crime de hermenêutica”, que responsabiliza penalmente o

juiz pela interpretação equivocada da lei com a tomada de decisões erradas. A proposta estabelece a responsabilidade objetiva do Estado por atos de seus agentes, e a responsabilização subjetiva — condicionada à comprovação de dolo ou culpa — no caso de omissões.

Do deputado Hugo Leal (PSD-RJ), a proposta é relatada na CCJ pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que apresentou texto substitutivo.

Uma das inovações trazidas pelo substitutivo se refere ao direito de regresso — meio disponível para o Estado ser ressarcido de dano causado a terceiro por agente público. O texto afirmou a inexistência de direito de regresso contra parlamentares, nos casos em que atuarem protegidos pela imunidade material por opiniões, palavras e votos. Ficou definida também a imprescritibilidade da ação de regresso.

O representante da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Felipe Albertini Viaro, entende que a responsabilização indireta, aplicada correntemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), “equilibra melhor as forças”. Ele defendeu a necessidade de independência judicial. O conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Flávio Jardim também questionou a construção do conceito de culpa e dolo. Ele

propôs que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro seja referida no substitutivo.

Para a vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Ana Carolina Roman, a hipótese de crime de interpretação gera o receio de restrição da atuação também do membro do Ministério Público Federal, com a possibilidade de responsabilidade civil apenas com culpa, por exemplo.

CPI deve pedir indiciamentos por Brumadinho

O relator, Carlos Viana, disse ter provas técnicas e instrumentos jurídicos para responsabilizar funcionários da mineradora Vale pelo rompimento de barragem em Minas Gerais

O RELATOR DA CPI de Brumadinho, senador Carlos Viana (PSD-MG), disse ter “instrumentos jurídicos” para pedir o indiciamento de funcionários da companhia mineradora Vale pelo rompimento da barragem que matou 241 pessoas e deixou 29 desaparecidas em janeiro deste ano, em Minas Gerais. O relatório final deve ser apresentado em 2 de julho.

— As provas técnicas são muito diferentes daquilo que tem sido dito nos depoimentos. A troca de e-mails, as confirmações periciais e os relatórios técnicos apontam claramente para a responsabilidade, que será dividida entre cada um. Há no Brasil hoje instrumentos jurídicos suficientes para que a gente possa declarar perante juízo a responsabilidade de cada um por uma série de situações. Há inclusive um muito conhecido em nosso país, que é o chamado domínio do fato.

De acordo com esse instrumento, diretores de empresas, chefes de órgãos públicos e demais detentores de funções de chefia podem ser responsabilizados penalmente por crimes ocorridos no interior das respectivas instituições.

A CPI aprovou ontem um requerimento de Jorge Kajuru (PSB-GO) para uma acareação entre seis funcionários e



Luciano Siani, da Vale, com os senadores Rose e Carlos Viana, relator da CPI

ex-diretores da Vale. Devem participar o ex-presidente da mineradora Fabio Schvartsman, o ex-diretor de operações do corredor Sudeste Silmar Magalhães Silva, o ex-diretor de Ferrosos e Carvão Gerd Poppinga, o gerente operacional do Complexo Minerário Paraopeba, Rodrigo de Melo, o gerente-executivo de Geotecnia Operacional afastado, Joaquim Toledo, e o gestor de Riscos Geotécnicos, Felipe Rocha.

— Os vários depoimentos de funcionários graduados e diretores da empresa seguiram um fio comum: o de negar qualquer conhecimento de eventual risco que poderia ser oferecido pela mina Córrego do Feijão. Entretanto, em uma das oitivas o engenheiro Felipe Rocha assegurou que relatórios

sobre barragens em zona de atenção foram encaminhados ao escalão superior da Vale. Isso exige que se faça uma acareação — argumenta Kajuru.

Um dos convocados para a acareação, Joaquim Toledo prestou ontem depoimento à

CPI. Preso temporariamente em fevereiro, ele é apontado pelo Ministério Público de Minas Gerais como alguém em “posição de destaque” nas atividades de estabilidade da barragem. Carlos Viana leu trechos de e-mails trocados entre funcionários da mineradora e empresas responsáveis por auditorias de segurança em Brumadinho. As mensagens alertam para a possibilidade de liquefação da barragem e para divergências na leitura de equipamentos que deveriam monitorar a estrutura.

Em um dos e-mails, Toledo admite: “a barragem é mais tenebrosa que imagino”. Apesar disso, o gerente da Vale disse que não havia elementos que justificassem a interdição do equipamento. Ele alegou que

só usou o adjetivo “tenebrosa” para se referir à barragem porque fez “confusão” ao interpretar uma mensagem.

Os senadores deveriam tomar ontem o depoimento de mais dois funcionários da Vale: o diretor de Finanças e Relação com Investidores, Luciano Siani Pires, e o ex-diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão Lúcio Cavalli. Mas a presidente da comissão, Rose de Freitas (Pode-ES), decidiu dispensar os convocados “em protesto” contra “as mentiras” apresentadas pelos depoentes ao longo dos trabalhos da CPI.

— Trabalhem na fase final com a Polícia Federal e o Ministério Público e teremos condições de checar informação por informação — afirmou Rose.

Agência de mineração e secretário de MG vão depor

Amanhã a CPI de Brumadinho ouve o diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Victor Hugo Froner Bicca, e o secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, Germano Vieira.

A convocação foi requerida por Carlos Viana. O relator da CPI lembra que a ANM é responsável por fiscalizar as

atividades de mineração no país. “É necessário esclarecer se houve falhas ou omissões no cumprimento desse papel em relação à barragem da mina Córrego do Feijão, se a ANM promoveu as fiscalizações regulares e se tomou todas as ações necessárias para impedir a tragédia”, afirma no requerimento.

Carlos Viana argumenta ainda que coube à Secretaria de Meio Ambiente de MG avaliar o projeto de expansão da mina e emitir as licenças. “Sabe-se que o projeto foi aprovado em meio a controvérsia, um mês antes da tragédia. É necessário esclarecer se a expansão guarda alguma relação com a ocorrência”.

Avança prioridade de recursos para auxílio em desastre natural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que acrescenta, entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou provocados por ação humana.

Apresentado por Lasier Martins (Pode-RS), o PLS 29/2018 altera a lei que instituiu o Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei 7.797, de 1989). Agora a proposta será analisada, em caráter terminativo, pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Segundo Lasier, o FNMA apoiou, desde 1989, cerca de 1.450 projetos socioambientais, com recursos da ordem de R\$ 266 milhões, voltados às iniciativas de conservação e de uso sustentável dos recursos naturais.

O senador diz que, entre os desastres ocorridos por ação humana, apenas devem ser alvo de destinação dos recursos aqueles cuja autoria não puder ser identificada, a fim de evitar que esse

dinheiro seja destinado a custear as responsabilidades civil, penal e administrativa daqueles que comprovadamente causaram degradação ambiental.

Impacto fiscal

A relatora, Leila Barros (PSB-DF), apresentou apenas uma emenda de redação. Segundo ela, o projeto não representa impacto fiscal porque não cria despesa nem obriga destinação de recursos. Ela explica que caberá ao governo, durante a elaboração da proposta de lei orçamentária, consignar as dotações de recursos que julgar adequadas para o custeio das ações que o projeto pretende priorizar e caberá ao Parlamento propor emendas com esse intuito.

“Não vislumbramos impacto fiscal, já que o projeto não cria despesa nem obriga destinação de recursos, apenas inclui, entre as áreas prioritárias para destinação de recursos do FNMA, as ações associadas a desastres naturais e antrópicos não identificados”, explica.

Impacto ambiental em Bonito preocupa especialistas

O impacto ambiental de intervenções em áreas de preservação de Bonito (MS) foi discutido ontem, em audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente (CMA), de Agricultura (CRA), e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Considerado um polo do ecoturismo mundial, Bonito recebeu mais de 200 mil visitantes em 2018. No entanto, as águas cristalinas do lugar estão sendo inundadas por lama. Ambientalistas dizem que o problema é causado por plantios, ocupações irregulares e obras de estradas.

O senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que requereu o debate, disse que Bonito deve

ser tratada “com o cuidado que merece um patrimônio da humanidade”. Para o presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), é preciso alertar para o momento que o Brasil vive no aspecto ambiental.

O representante do Instituto de Desenvolvimento de Bonito, Guilherme Poli, disse que o município precisa de recursos. Desde 2017, eventos climáticos têm ocasionado chuvas concentradas na região.

— Precisamos terminar a rodovia MS-382, cuja obra está parada e ajudando a carrear sedimentos para o rio.

Superintendente de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Rogério Beretta pontuou

que um decreto estadual disciplinou este ano os projetos técnicos de manejo e conservação de solo e água para atividades que demandem mecanização nas bacias de contribuição dos rios da Prata e Formoso.

Para o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do estado, Maurício Saito, não é o produtor rural quem causa turbidez nos rios, mas problemas pontuais em cada segmento do setor produtivo.

O secretário de Turismo de Bonito, Augusto Mariano, informou que 2 mil hectares foram desmatados no município nos últimos sete anos, e que há 1.496 hectares em situação crítica de recuperação.

Diretor do Instituto Chico Mendes (ICMBio), Marcos Simanovic defendeu o cumprimento da legislação, especialmente quanto à recuperação das áreas manejadas, e disse que há alternativas técnicas e legislativas para resolver todas as questões. Representante do Ministério da Agricultura, Pedro Corrêa Neto disse que a proteção ambiental é um cuidado do produtor rural.

— O patrimônio dele é a terra, são os recursos naturais, é dali que ele tira o seu sustento.



Audiência foi dirigida pelo senador Nelsinho Trad (C), que pediu o debate